



PORTARIA Nº 011/2024 - DIREÇÃO GERAL

Aprova a Política de Privacidade e Termo de Uso dos sistemas Web FAOSC.

Nomeia o Encarregado e Substituto responsável pela LGPD institucional.

A Direção Geral da Faculdade do Oeste de Santa Catarina, ora denominada FAOSC, representada pelo subscrevente, no uso de suas atribuições e,

CONSIDERANDO, os princípios legais da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996;

CONSIDERANDO, a deliberação interna da Instituição, em especial as Diretrizes da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD nº 13.709/18;

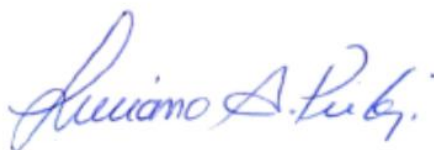
RESOLVE:

Art. 1º - Aprova a *Política de Privacidade e Termo de Uso dos sistemas Web FAOSC.*, conforme descrito nos documentos em anexo.

Art. 2º - Nomeia a função de ‘Encarregado’ e ‘Substituto’ na monitoria de dados Web, conforme previsto na Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD nº 13.709/18, os seguintes atores: a) Encarregado: Luciano André Peiter; b) Substituto: Leonardo João Tombini.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Palmitos (SC), 11 de Novembro de 2024.



Luciano André Peiter
Diretor Administrativo



A large, faint, light blue padlock icon is centered in the background behind the title text.

POLÍTICA DE PRIVACIDADE



POLÍTICA DE PRIVACIDADE

INTRODUÇÃO

O documento a seguir, aprovado pela Portaria Institucional FAOSC nº 011/2024, apresenta a política de dados Faculdade do Oeste de Santa Catarina – FAOSC, aplicando-se a todos os Websites (faosc.edu.br e subdomínios) registrados no seu domínio de internet e/ou de sua responsabilidade.

Este documento foi produzido através da Lei nº 13.709/18 – Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), que prevê o tratamento de dados pessoais, inclusive por meio digital, pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e privacidade, bem como o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, com forme previsto no Art.1º da LGPD.

O documento está dividido na seguinte estrutura: Seção 2 contendo os conceitos principais da LGPD, na sequência, a Seção 3 com a política de proteção de dados da FAOSC. Encerrando o documento temos mais duas seções sendo elas: a Seção 4 apresenta o aviso de privacidade e os termos de uso dos Websites da FAOSC e, por fim, a Seção 5 com a lista de pergunta frequentes referentes a LGPD.

PRINCIPAIS CONCEITOS DA LGPD

2.1 DADOS PESSOAIS

Segundo a LGPD 13.709/18 (Art. 5º), caracterizam-se 04 (quatro) grupos de dados sendo estes:

I- Dado Pessoal: A proteção de dados passou a ser um compromisso dos cidadãos, da administração pública e de toda e qualquer empresa privada que utilizar esses dados. Caracterizam-se como dados relacionados a uma pessoa natural identificada ou identificável direta ou indiretamente. Exemplos: nome, endereço, e-mail, telefone, identidade, CPF, dados de localização obtidos por GPS e informações de conexão, como cookies.





II-Dados Sensíveis: Abrangem informações de cunho existencial, ou seja, referem-se a informações sobre criança e adolescente; origem racial ou étnica; crença religiosa; opinião política; filiação a sindicatos ou organizações de natureza religiosa, filosófica ou política; dados relacionados à saúde ou vida sexual, bem como dados genéticos ou biométricos, quando associados a uma pessoa natural.

III- Dados Públicos: Devem ser consentidos pelo usuário, devendo considerar a finalidade, a boa-fé e o interesse público que justificam sua disponibilização. Torna-se relevante destacar que os acessos a informações podem relacionar a Lei LGPD 13.709/18 com a Lei de Acesso à informação, Lei nº 12.527/11 e com os princípios condicionais, a exemplo do inciso XXXIII, do Art.5º: “Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do estado”.

IV- Dados Anonimizados: É um procedimento de manipulação de dados que garante o anonimato, separando informações de identificação pessoal. Nessas circunstâncias, o Regulamento Geral de Proteção de Dados (LGPD) nº. 13.709/18 não é utilizado para tais dados.

2.2 USO DE DADOS

A LGPD é aplicável a qualquer operação de uso realizada por pessoa natural ou jurídica de direito público ou privado, independentemente do meio, do país de sua sede ou do país onde estão localizadas as informações (Art. 3º).

O uso de dados pessoais e sensíveis inclui as seguintes atividades:

- Coleta, classificação, armazenamento;
- Acesso, reprodução, modificação, exclusão;
- Término;
- Compartilhamento.

O manejo de informações pessoais pode ser realizado, entre outras circunstâncias, sendo previstas conforme Art. 7º da LGPD:

- Mediante o consentimento do titular;
- Para cumprir obrigação legal ou regulatória pelo controlador.

2.3 SUJEITOS DA LEI

A LGPD reconhece os seguintes papéis ou sujeitos, conforme Art. 5º:





- **Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD):** órgão do governo responsável por supervisionar, fiscalizar e fazer cumprir a Lei;
- **Titular:** pessoa natural a quem as informações pessoais se referem e que estão sujeitas a tratamento;
- **Controlador:** pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, responsável pelas decisões relacionadas ao tratamento de informações/dados pessoais;
- **Operador:** pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador;
- **Encarregado:** pessoa designada pelo controlador e operador para servir como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);
- **Agentes de Tratamento:** o controlador e o operador.

3 POLÍTICA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

3.1 ATORES

No contexto da FAOSC, os atores envolvidos com a LGPD são:

- Controlador e Operador: Faculdade do Oeste de Santa Catarina, exceto quando um contrato ou convênio define outras responsabilidades.
 - Encarregado: Luciano André Peiter, nomeado pela Portaria nº 11/2024 de 11/11/2024;
 - Encarregado substituto: Leonardo João Tombini, nomeado pela Portaria nº 11/2024 de 11/11/2024;
 - Grupo de Trabalho: Nomeados anualmente por portaria, disponível em Publicações Legais no site <www.faosc.edu.br>.
- O Encarregado está disponível através do e-mail encarregado.lgpd@faosc.edu.br

3.2 RESPONSABILIDADES DO GRUPO DE TRABALHO

É de Responsabilidade do Grupo de Trabalho definir, implementar e monitorar a política de tratamento de dados pessoais da FAOSC. O Grupo de Trabalho, para cumprir suas responsabilidades, pode convidar outros funcionários da FAOSC para auxiliá-los em seus trabalhos. As funções do Grupo de Trabalho serão supervisionadas pelo Encarregado, destacando-se as principais tarefas:

- I- Definir as políticas da FAOSC relacionadas à LGPD, incluindo:
 - a. Política de proteção de dados pessoais na FAOSC;
 - b. Política de privacidade e proteção de dados pessoais nos websites da FAOSC, incluindo o aviso de privacidade e os termos de uso dos websites;
 - c. Política de resposta a incidentes.





- II- Garantir a conformidade com a LGPD nas relações contratuais, através de:
- a. Inclusão de cláusulas específicas para proteção de dados pessoais nos novos contratos;
 - b. Definição de termos aditivos aos contratos vigentes contendo cláusulas específicas para proteção de dados pessoais;
 - c. Definição de termos de consentimento de uso de dados pessoais, nos casos em que o tratamento de dados pessoais não é coberto por um contrato entre o titular dos dados e a FAOSC.
- III- Mapear, identificar e adequar os processos que envolvem o tratamento de dados pessoais, identificando pelo menos:
- a. Os dados pessoais tratados;
 - b. A forma de tratamento e os cuidados orientados pela LGPD;
 - c. O responsável pelo processo;
 - d. A base legal para o tratamento.
- IV- Construir e implementar um programa de orientação e capacitação sobre o tratamento de dados pessoais para a comunidade acadêmica da FAOSC.
- V- Gerenciar a proteção de dados pessoais, incluindo:
- a. Fornecer os dados necessários para o Encarregado atender a reclamações e comunicações dos titulares e da autoridade nacional (Art. 41º);
 - b. Fiscalizar as unidades quanto ao cumprimento das políticas da FAOSC relacionadas à proteção de dados pessoais;
 - c. Garantir a conformidade com a LGPD nas relações contratuais e a guarda adequada dos termos de consentimento;
 - d. Manter atualizados os dados relativos aos processos que envolvem o tratamento de dados pessoais.

3.3 TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

A FAOSC coleta os dados pessoais e pessoais sensíveis resumidos na Tabela 1, de acordo com o tipo de relacionamento com a instituição. A coleta é coberta por cláusulas contratuais e termos de consentimento específicos, detalha-se então:





Tabela 1 – Dados pessoais coletados.

RELACIONAMENTO COM A FAOSC	DADOS PESSOAIS E DADOS PESSOAIS SENSÍVEIS
Acadêmico	Dados para identificação, dados Acadêmicos, Dados necessários ao Cumprimento de obrigação legal, regulatória, e contratual
Funcionário	Dados para identificação, dados necessários a benefícios e direitos, dados necessários ao cumprimento de obrigação legal ou regulatória
Funcionário Terceirizado	Dados para identificação, dados necessários a benefícios e direitos, dados necessários ao cumprimento de obrigação legal ou regulatória
Prestador de Serviços (pessoa física ou jurídica)	Dados para identificação, dados necessários ao cumprimento de obrigação legal, financeira ou regulatória
Candidato em processo seletivo	Dados para identificação, dados necessários ao processo seletivo, dados necessários a benefícios e direitos
Responsável financeiro pelo acadêmico	Dados necessários ao cumprimento de obrigação financeira
Familiar de funcionário	Dados para identificação, dados necessários a benefícios e direitos, dados necessários ao cumprimento de obrigação legal ou regulatória
Terceiros (visitantes, parceiros comerciais e institucionais, participantes de eventos e pesquisas, entre outros)	Dados para identificação, dados necessários a benefícios e direitos, dados necessários ao cumprimento de obrigação legal ou regulatória

A FAOSC coleta os dados pessoais através dos processos resumidos na Tabela 2, de acordo com o tipo de relacionamento com a instituição.

RELACIONAMENTO COM A FAOSC	PRINCIPAIS PROCESSOS
Acadêmico	Admissão e matrícula; colação de grau; gestão acadêmica, administrativa e financeira em geral; concessão de bolsas





Funcionário	Admissão; demissão; aposentadoria; gestão da carreira; gestão de benefícios
Funcionário Terceirizado	Gestão do contrato de prestação de serviços
Prestador de Serviços (pessoa física ou jurídica)	Gestão do contrato de prestação de serviços
Candidato em processo seletivo	Processo seletivo
Responsável financeiro pelo acadêmico	Gestão financeira do contrato de prestação de serviços do aluno
Familiar de funcionário	Gestão de benefícios do funcionário
Terceiros	Gestão de contratos/convênios/termos/acordos, autorização de entrada e permanência no campus, participação em eventos, pesquisas e similares

Em particular, o acesso aos dados pessoais é protegido conforme descrito na Tabela 3.

Tabela 3 – Proteção ao acesso a dados pessoais.

TIPO DE DADO	TIPO DE ACESSO
Dado pessoal genérico (nome, endereço, etc.)	Autenticação por ID e senha
Dado pessoal acadêmico	Autenticação por ID e senha; acesso a dados pessoais acadêmicos críticos apenas através de computador ligado à rede segura da FAOSC
Dado pessoal sensível	Autenticação por ID e senha; acesso a dados pessoais sensíveis críticos apenas através de computador ligado à rede segura da FAOSC

O término do tratamento de dados pessoais ocorrerá de acordo com a temporalidade definida em portarias específicas da FAOSC ou publicadas pelos órgãos competentes, bem como em processos internos de gestão acadêmica, administrativa e financeira.

O compartilhamento de dados segue os critérios descritos na Tabela 4.

RELACIONAMENTO COM A FAOSC	MOTIVO	ORGANIZAÇÃO
----------------------------	--------	-------------





Acadêmico	Cumprimento de obrigação legal ou regulatória	Administração pública federal: MEC, INEP, CAPES, CNPq, Conselho Estadual de Educação; Ministério da Saúde (Calamidades Públicas); entre outros.
	Cumprimento de obrigação contratual	Empresas Contratadas e demais atinentes
	Inscrição e recebimento de bolsas	CNPq; CAPES; FUMDES; FAPESC; Bolsas não Governamentais, entre outros.
	Intercâmbio	Instituições de Ensino Superior no Exterior; demais Instituições de ensino presentes no exterior, entre outros
	Acompanhamento de Egresso	Organização Estudantil de Ex- Alunos
Funcionário ou Estagiário	Cumprimento de obrigação legal ou regulatória	Administração Pública Federal: MTPS, MEC, Ministério da Economia, Ministério da Saúde, entre outras
	Tratamento de Benefícios	Previdência Privada e pública, Planos de Saúde, entre outros.
Prestador de Serviço (Pessoa Física ou Jurídica)	Cumprimento de obrigação contratual	Empresas Contratadas, Parceiros comerciais e institucionais, MTPS
Funcionário Terceirizado	Cumprimento de obrigação legal ou regulatória	Administração pública federal: MTPS, Ministério da Economia, entre outras
Terceiros	Cumprimento de obrigação contratual; legítimo interesse	Parceiros comerciais e institucionais

4 POLÍTICA DE PRIVACIDADE E TERMOS DE USO DOS WEB SITES





A FAOSC mantém diversos Websites em seu domínio de Internet (“faosc.edu.br e subdomínios) para divulgação das suas atividades. Deste modo, a seção a seguir apresenta o aviso de privacidade e os termos de uso que regem estes domínios.

4.1 Resumo do Aviso de Privacidade

A FAOSC mantém diversos Websites em seu domínio de Internet (“FAOSC.br”) para divulgação das suas atividades. O tratamento de dados pessoais que os Websites da FAOSC realizam segue as diretrizes expostas na Seção 3.

Em particular, as políticas adotadas pelos Websites da FAOSC são:

- Segurança: o acesso a aplicações restritas é controlado por credenciais de acesso (login e senha). Em alguns casos, o acesso só é permitido através de computadores conectados à chamada rede segura da FAOSC. O usuário não deve repassar as suas credenciais de acesso a terceiros, e deve zelar pela proteção da sua senha, de acordo com as orientações do RDC;
- Coleta e armazenamento: os dados pessoais são coletados apenas pelo tempo necessário para cumprimento de finalidades específicas, como obrigações legais ou contratuais. Os usuários serão previamente informados sobre quais os dados e para que finalidade serão coletados, ficando a seu critério fornecê-los ou não.
- Compartilhamento de dados: os dados pessoais não serão compartilhados, exceto em caso de obrigação legal ou quando expressamente autorizado pelo usuário.

4.2 Resumo dos Termos de Uso

A FAOSC mantém diversos Websites em seu domínio de Internet (“faosc.edu.br” ou subdomínios) para divulgação das suas atividades. O tratamento de dados pessoais que os Websites da FAOSC realizam segue as diretrizes expostas na Seção 3. O usuário, ao acessar um dos Websites da FAOSC, manifestará concordância com os termos e condições descritos abaixo:

- Os Websites contém textos, fotografias, imagens e som, que se encontram protegidos por direitos autorais ou outros direitos de propriedade intelectual. Estes direitos pertencem à FAOSC ou foram outorgados sob licença por seus titulares para uso nestes Web sites, e não podem ser utilizados sem autorização expressa;
- Os Websites utilizam cookies HTTP, ou simplesmente cookies, que são pequenos arquivos salvos no dispositivo (computador, tablet ou telefone) do usuário quando visita um Website. Os cookies são utilizados principalmente para três propósitos:
 - Gerência da sessão: controle de autenticação, “carrinho de compras”, ou outros dados que o servidor deve lembrar sobre a sessão;
 - Personalização: preferências do usuário, como língua utilizada na sessão, e outras configurações;
- Análise de Tráfego: registrar e analisar o comportamento do usuário.
- A FAOSC solicita o consentimento do usuário para criação de cookies durante a navegação em seus Web sites. O usuário pode desabilitar o uso de cookies alterando as configurações do seu navegador, mas isto pode afetar o funcionamento do Web site (veja como fazê-lo no menu de ajuda do seu navegador).





5 Breve Lista de Dúvidas e Recomendações e Guia de Boas Práticas

Esta seção apresenta uma breve lista de dúvidas e recomendações relativas à LGPD, de acordo com os principais grupos de pessoas que se relacionam com a FAOSC.

5.1 Como o funcionário técnico-administrativo deve lidar com dados pessoais?

O funcionário deve evitar qualquer tipo de tratamento dos dados pessoais que extrapole o objetivo da coleta desses dados, sem consentimento dos titulares.

Não deve deixar documentos físicos acessíveis sem procedimentos de segurança ou ausentar-se do seu computador pessoal sem desligá-lo ou impedir o acesso de terceiros. Em particular, o funcionário das secretarias acadêmicas não deve divulgar, no Web site ou mural do departamento, qualquer lista com resultados de provas, exames de seleção, etc., que exponha dados pessoais.

5.2 O funcionário técnico-administrativo pode compartilhar dados pessoais?

Em princípio, o funcionário não deve compartilhar dados pessoais com terceiros, principalmente listas de e-mails. Porém, o funcionário pode compartilhar dados pessoais para cumprir uma obrigação legal ou regulatória. Exemplos: o censo anual do MEC; o preenchimento do relatório anual para a CAPES; a alocação de bolsas no sistema do CNPq.

5.3 Como o professor deve lidar com dados pessoais?

O professor não deve expor ou compartilhar dados pessoais dos alunos, seja por meio digital, ou por meio físico.

A LGPD permite a coleta de dados para fins de pesquisa, desde que sejam anonimizados e que não sejam compartilhados com terceiros.

5.4 O aluno pode se opor ao tratamento de seus dados pela FAOSC?

A oposição ao tratamento de dados não poderá ser imotivada, e só poderá ser exercida em caso de descumprimento ao determinado na LGPD.

Além disso, a LGPD determina a continuação do tratamento quando necessário para o cumprimento de uma obrigação legal ou regulatória como, por exemplo, a Portaria MEC nº 315/2018, Art. 38º: “As IES e suas mantenedoras, integrantes do sistema federal de ensino, ficam obrigadas a manter, sob sua custódia, os documentos referentes às informações acadêmicas, conforme especificações contidas no Código de Classificação de Documentos de Arquivo Relativos às Atividades-Fim das Instituições Federais de Ensino Superior e na Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo Relativos às Atividades-Fim das Instituições Federais de Ensino Superior, aprovados pela Portaria AN/MJ nº 92, de 23 de setembro de 2011, e suas eventuais alterações.”





5.5 O aluno pode solicitar a exclusão dos seus dados pessoais?

O Capítulo III da LGPD trata dos direitos do titular. O Art. 18º, inciso VI, diz que um desses direitos é a solicitação da eliminação de seus dados. Contudo, o inciso II do parágrafo 4º deste mesmo artigo indica que o controlador, no caso a FAOSC, pode indicar as razões de fato ou de direito que impeçam a execução dessa solicitação. Além disso, o Art. 16º dita que “Os dados pessoais serão eliminados após o término de seu tratamento, no âmbito e nos limites técnicos das atividades, autorizada a conservação para as seguintes finalidades:

I – Cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador;”

No caso das universidades, o impedimento da eliminação se dá através da Portaria MEC nº 315/2018, Art.38º: “As IES e suas mantenedoras, integrantes do sistema federal de ensino, ficam obrigadas a manter, sob sua custódia, os documentos referentes às informações acadêmicas, conforme especificações contidas no Código de Classificação de Documentos de Arquivo Relativos às Atividades-Fim das Instituições Federais de Ensino Superior e na Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo Relativos às Atividades-Fim das Instituições Federais de Ensino Superior, aprovados pela Portaria AN/MJ nº 92, de 23 de setembro de 2011, e suas eventuais alterações.”

5.6 O titular dos dados pode solicitar o histórico do uso de seus dados pessoais?

O Art. 19º da LGPD dita que “A confirmação de existência ou o acesso a dados pessoais serão providenciados, mediante requisição do titular:

I – Em formato simplificado, imediatamente; ou

II – Por meio de declaração clara e completa, que indique a origem dos dados, a inexistência de registro, os critérios utilizados e a finalidade do tratamento, observados os segredos comercial e industrial, fornecida no prazo de até 15 (quinze) dias, contado da data do requerimento do titular.”

As solicitações referentes aos dados pessoais devem ser encaminhadas através do Encarregado, acessível através do e-mail encarregado.lgpd@faosc.edu.br

A Autoridade Nacional de Proteção de Dados pode ser contatada através dos canais disponíveis em <https://www.gov.br/anpd/pt-br>





TERMO DE USO





1. INTRODUÇÃO

O Termo de Uso tem como principal objetivo fornecer orientações sobre o tratamento de dados pessoais daqueles que visitam e utilizam as funcionalidades presentes nos Websites da Faculdade do Oeste de Santa Catarina –FAOSC (faosc.edu.br) e subdomínios. Ao utilizar nossos Websites, o usuário concorda em cumprir todos os termos e condições apresentados neste Termos de Uso.

A FAOSC reserva-se o direito de alterar, adicionar ou remover partes destes termos de uso a qualquer momento, e tais alterações entrarão em vigor imediatamente após sua publicação. É responsabilidade do usuário revisar os termos de uso antes de cada acesso ao site. Ao continuar utilizando o site, o usuário concorda com quaisquer alterações realizadas. Este Termo de Uso resume os conceitos de maior relevância da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) - Lei nº 13.709/18 - e apresenta as condições para o uso dos Websites da FAOSC de forma geral.

2. PRINCIPAIS CONCEITOS DA LGPD

A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei nº 13.709/2018, prevê o tratamento dos dados tanto em “meios digitais quanto físicos, por pessoas naturais ou jurídicas de direito público ou privado” (Art. 1º).

A LGPD estabelece diretrizes fundamentais para o tratamento de dados pessoais, tais como respeito à privacidade; autodeterminação informativa; liberdade de expressão, informação, comunicação e opinião; inviabilidade da intimidade, honra e imagem; desenvolvimento econômico, tecnológico e inovação; livre iniciativa, concorrência e defesa do consumidor; direitos humanos, personalidade, dignidade e o exercício da cidadania pelas pessoas naturais (Art. 2º).

2.1 DADOS PESSOAIS

Segundo a LGPD 13.709/18 (Art. 5º), caracterizam-se 04 (quatro) grupos de dados sendo estes:

I- Dado Pessoal: A proteção de dados passou a ser um compromisso dos cidadãos, da administração pública e de toda e qualquer empresa privada que utilizar esses dados. Caracterizam-se como dados relacionados a uma pessoa natural identificada ou identificável direta ou indiretamente. Exemplos: nome, endereço, e-mail, telefone, identidade, CPF, dados de localização obtidos por GPS e informações de conexão, como cookies.

II-Dados Sensíveis: Abrangem informações de cunho existencial, ou seja, referem-se a





informações sobre criança e adolescente; origem racial ou étnica; crença religiosa; opinião política; filiação a sindicatos ou organizações de natureza religiosa, filosófica ou política; dados relacionados à saúde ou vida sexual, bem como dados genéticos ou biométricos, quando associados a uma pessoa natural.

III- Dados Públicos: Devem ser consentidos pelo usuário, devendo considerar a finalidade, a boa-fé e o interesse público que justificam sua disponibilização. Torna-se relevante destacar que os acessos a informações podem relacionar a Lei LGPD 13.709/18 com a Lei de Acesso à informação, Lei nº 12.527/11 e com os princípios condicionais, a exemplo do inciso XXXIII, do Art.5º: “Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do estado”.

IV- Dados Anonimizados: É um procedimento de manipulação de dados que garante o anonimato, separando informações de identificação pessoal. Nessas circunstâncias, o Regulamento Geral de Proteção de Dados (LGPD) nº. 13.709/18 não é utilizado para tais dados.

LGPD 13.709/18 se aplica a qualquer operação de tratamento de dados realizada por pessoa física ou jurídica, pública ou privada, independentemente do meio utilizado, do país onde estejam localizados os dados ou do país de origem da entidade responsável pelo tratamento (Art. 3º).

O tratamento de dados pessoais e sensíveis compreende uma série de atividades, tais como coleta, classificação, armazenamento, acesso, reprodução, modificação, eliminação, término e compartilhamento.

O tratamento de dados pessoais pode ocorrer em diversas situações previstas na LGPD (Art. 7º e 11º), como o consentimento do titular dos dados, o cumprimento de obrigações legais ou regulatórias pelo controlador, entre outras.

2.2 SUJEITOS

A LGPD reconhece o seguinte ao processar informações pessoais (Artigo 5º).

- **Titular:** Pessoa natural a quem se refere os dados ou informações pessoais sujeitas ao tratamento, no caso, usuário do site e sistemas da FAOSC.
- **Controlador:** Pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais.





- **Operador:** Pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador.
- **Encarregado:** Pessoa indicada pelo controlador e operador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares de dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

3. TERMO DE USO:

A FAOSC mantém diversos websites e sistemas, em seu domínio e subdomínios de Internet ("faosc.edu.br"), para divulgação das suas atividades, como por exemplo a aba Portal Eventos e o Repositório. O tratamento de dados pessoais que os websites da FAOSC realizam segue as diretrizes expostas no Aviso de Privacidade.

O usuário, ao acessar um dos websites da FAOSC, manifesta ciência e concordância com os termos e condições descritos abaixo:

I- Os Websites contêm textos, gráficos, registros históricos, fotografias, imagens e som, que se encontram protegidos por direitos autorais ou outros direitos de propriedade intelectual. Estes direitos pertencem à FAOSC ou foram outorgados sob licença por seus titulares para uso nestes websites institucionais, e não podem ser utilizados sem autorização expressa.

II- Os Websites utilizam *cookies* HTTP, ou simplesmente, cookies, que são pequenos arquivos salvos no dispositivo (computador, tablet, Smartphone, entre outros) do usuário quando visita um website. Os cookies são utilizados principalmente para três propósitos: a) Gerência da sessão, ou seja: controle de autenticação, aquisição de produtos e/ou serviços da faculdade, bem como mais dados que for necessário lembrar sobre a sessão; b) Personalização: preferências do usuário, como língua utilizada na sessão, e outras configurações; c) Análise de Tráfego: registrar e analisar o comportamento do usuário.

III- A FAOSC solicita o consentimento do usuário para criação de cookies durante a navegação em seus Websites. O usuário receberá o seguinte aviso

Nós utilizamos cookies para melhorar a sua experiência, de acordo com a nossa Política de Privacidade e, ao continuar navegando, você concorda com estas condições.

IV- O usuário pode desabilitar o uso de cookies alterando as configurações do seu navegador, porém, isto pode interferir no funcionamento do Website (veja como fazê-lo no menu de ajuda do seu navegador).





V- Os dados pessoais podem ser compartilhados com parceiros e prestadores de serviços da FAOSC nacional ou internacional, sempre com o devido consentimento do usuário, ou conforme necessário para cumprir obrigações legais. Caso haja compartilhamento com terceiros, isso será feito de acordo com a legislação vigente, e os dados serão tratados de maneira segura.

VI- No que se refere a Segurança dos Dados Pessoais a FAOSC adota medidas técnicas e administrativas adequadas para proteger os dados pessoais de acessos não autorizados, vazamentos ou destruição. No entanto, nenhuma medida de segurança é 100% eficaz, e a FAOSC não se responsabiliza por falhas de segurança que possam ocorrer, como ataques cibernéticos.

VII – O Período de Retenção de Dados segue as prerrogativas das Política de Privacidade FAOSC. De forma sintética, os dados pessoais serão armazenados pelo período necessário para cumprir as finalidades para as quais foram coletados ou até que o titular solicite sua exclusão. O período de retenção dependerá da natureza dos dados e da base legal que justifica o tratamento.

VIII - Conforme previsto na LGPD 13.709/18, a FAOSC nomeia um Encarregado de Proteção Dados (DPO), para atuar como ponto de contato para questões relacionadas à proteção de dados pessoais. O Encarregado FAOSC pode ser contatado pelo e-mail <encarregado.lgpd@faosc.edu.br>.

IX- Os direitos dos Titulares de Dados segue as prerrogativas contidas na Política de Privacidade FAOSC.

X- O Usuário se responsabiliza pela precisão, atualização e veracidade dos dados pessoais prestados aos sistemas, bem como o zelo do *login* e senhas cadastradas. Tomando ciência sobre as consequências em caso de omissão ou erro nos dados fornecidos, ainda, torna ciente que o sigilo da senha, por ser pessoal e intransferível, não torna possível, em qualquer hipótese, alegação de uso indevido após o ato de compartilhamento.

XI – A FAOSC não se responsabiliza pelos seguintes fatos: a) equipamento infectado ou invadido por atacantes; b) equipamento avariado no momento do consumo de serviços; c) proteção do dispositivo de acesso do usuário ao serviço; d) proteção das informações baseadas nos dispositivos de acesso dos usuários; e) abuso de uso dos dispositivos de acesso dos usuários; f) monitoração clandestina do dispositivo de acesso dos usuários; g) vulnerabilidades ou instabilidades existentes nos sistemas dos usuários; h) perímetro inseguro.





FACULDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA - FAOSC
SOCIEDADE EDUCACIONAL PALMITOS
INSTITUIÇÃO VINCULADA AO SISTEMA FEDERAL DE EDUCAÇÃO
Recredenciamento Portaria MEC nº 947, de 11/11/2020.
CNPJ: 07.488.858/0001-96



XII- Os visitantes e usuários assumem toda e qualquer responsabilidade, de caráter civil e/ou criminal, pela utilização indevida das informações, textos, gráficos, marcas, imagens, enfim, todo e qualquer direito de propriedade intelectual ou industrial do serviço. E, ainda, tomam ciência que o simples acesso ao serviço não confere aos usuários qualquer direito ao uso dos nomes, títulos, palavras, frases, marcas, patentes, imagens e demais informações contidas.

